



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Obra: CONSTRUÇÃO DA GARAGEM ESQUERDA – EDIFICAÇÃO
MUNICIPAL PRÉDIO ANTIGO NAVEGAR

Local: Centro – Município de Imaruí/SC

Requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Gestor(a) do Contrato: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Fiscal do Contrato: Tamires dos Santos

Suplente de Fiscal: Orildo José de Sousa

1. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto a construção da garagem lateral esquerda na edificação municipal do antigo prédio do Programa Navegar, visando atender à necessidade de ampliação e adequação da infraestrutura física do imóvel público.

A intervenção mostra-se necessária em razão da inexistência de espaço coberto e apropriado para a guarda de veículos oficiais, equipamentos e materiais utilizados nas atividades administrativas e operacionais vinculadas ao prédio municipal, o que atualmente compromete a adequada conservação do patrimônio público, expondo bens móveis às intempéries, como chuva, sol e umidade, fatores que aceleram o desgaste e reduzem a vida útil dos ativos.



Além disso, a construção da garagem proporcionará maior organização logística, segurança patrimonial e funcionalidade ao imóvel, permitindo o correto acondicionamento de veículos e materiais, bem como melhorando as condições de trabalho dos servidores que utilizam o espaço no desempenho de suas atribuições.

A execução da obra também se justifica pela necessidade de preservação da estrutura existente e valorização do patrimônio público municipal, promovendo a utilização eficiente do imóvel e garantindo melhores condições de uso para as atividades desenvolvidas no local.

2. Levantamento de mercado (alternativas)

Foram consideradas as seguintes possibilidades de execução:

a) Execução direta pela municipalidade:

A hipótese de execução direta — mediante utilização de mão de obra e equipamentos próprios — foi descartada em razão da limitação operacional e técnica da equipe municipal, que não dispõe de maquinário e corpo técnico suficientes para execução integral dos serviços, especialmente no tocante à pavimentação intertravada e à drenagem pluvial.

b) Execução indireta, mediante contratação de empresa especializada:

A execução indireta, por meio de licitação e contratação de empresa especializada no ramo de obras de infraestrutura urbana, apresenta-se como a solução mais eficiente e segura, garantindo qualidade técnica, cumprimento de prazos e observância às normas da Lei Federal nº



14.133/2021.

Além disso, as empresas do setor possuem experiência consolidada em obras desse tipo, o que assegura maior precisão técnica e qualidade construtiva.

3. Descrição da solução adotada

Diante das alternativas apresentadas, a execução indireta por empresa contratada é a forma mais adequada de atendimento à demanda.

A solução técnica adotada segue os parâmetros do Projeto Básico de Engenharia

4. Requisitos indispensáveis para a contratação

4.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista

A empresa deverá comprovar regularidade junto à Receita Federal, Estadual e Municipal, apresentar Certidão de Regularidade do FGTS e comprovação de cumprimento das obrigações trabalhistas.

4.2. Capacidade Operacional

A contratada deverá possuir:

Profissional responsável técnico registrado no CREA/CAU;

Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove experiência em obras de construções civis; devendo possuir **QUANTITATIVOS MINÍMOS**

DE 60 M2 EM COBERTURA EM MADEIRA



4.3. Atendimento às normas técnicas

A execução deverá observar as especificações do SINAPI, SICRO e as Normas da ABNT.

4.4. Segurança do trabalho

Deverão ser adotadas medidas preventivas conforme a NR-18, NR-35 e demais normas correlatas, garantindo o uso de EPIs, sinalização do canteiro e treinamentos de segurança aos operários.

5. Estimativa das quantidades e valores

Conforme Planilha Orçamentária.

6. Contratações correlatas e interdependentes

Não há contratações interdependentes previstas. A execução se dará em lote único, abrangendo todos os serviços complementares descritos no projeto básico.

7. Alinhamento com o Plano de Contratações Anual

Até a presente data, o Município de Imaruí não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído. Assim, o presente ETP é elaborado de forma autônoma, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

8. Resultados pretendidos

Com a execução da obra de construção da garagem lateral esquerda na edificação municipal do antigo prédio Navegar, espera-se proporcionar a



ampliação e a adequação da infraestrutura física do imóvel, garantindo espaço coberto, seguro e funcional para a guarda de veículos oficiais, equipamentos e materiais pertencentes ao Município.

Como resultado, pretende-se assegurar a melhor conservação do patrimônio público, reduzindo a exposição de bens às intempéries e, conseqüentemente, minimizando custos futuros com manutenção corretiva, reparos e substituições decorrentes do desgaste prematuro.

Espera-se, ainda, promover maior organização operacional e logística das atividades desenvolvidas no local, com otimização do uso do espaço público, melhoria das condições de trabalho dos servidores e incremento da segurança patrimonial.

Por fim, a intervenção busca a valorização e melhor aproveitamento da edificação municipal, conferindo maior eficiência, funcionalidade e durabilidade à estrutura pública, em consonância com o interesse público e os princípios da economicidade e da boa gestão administrativa.

9. Impactos ambientais

A obra não implica impactos ambientais significativos, sendo classificada como intervenção de baixo potencial poluidor.

Será observada a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, privilegiando o uso de materiais sustentáveis e a destinação adequada de resíduos de construção civil, conforme as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº



416/2009.

10. Adequação da forma de contratação

A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, **tipo menor preço global**, conforme art. 28, II, e art. 33 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo competitividade, transparência e economicidade. A obra é caracterizada como serviço comum de engenharia, pois não há características especiais, que justifiquem o enquadramento como serviços especial de engenharia.

11. Critérios de julgamento e execução contratual

O julgamento das propostas se dará pelo menor preço global, observando a execução indireta sob regime de **empreitada por preço unitário**, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro e as especificações técnicas do projeto básico, sujeitando-se à fiscalização da Secretaria Municipal competente.

12. Conclusão

A solução proposta é tecnicamente viável, economicamente adequada e plenamente alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme os fundamentos da Lei nº 14.133/2021.

(assinado digitalmente)

Lucas de Bittencourt

Secretário de Administração e Fazenda

Assinado eletronicamente por:

* LUCAS DE BITTENCOURT (***.408.399-**))

em 25/04/2026 19:45:34 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://imarui.eciga.consorciociga.gov.br/#/documento/71b5b130-ffa0-4035-9d2a-cc1430863eda>

